



CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

Direito Constitucional

Delegado da Polícia Civil

Período: 2010 - 2016

## Sumário

Direito Constitucional .....	3
Formas de Estado e de Governo.....	3
Conceito e Classificação das Constituições.....	3
Poder Constituinte.....	4
Direitos e Garantias Fundamentais.....	4
Remédios Constitucionais .....	7
Nacionalidade .....	8
Direitos Políticos.....	8
Organização político-administrativa .....	9
Repartição de Competências.....	9
Administração Pública.....	11
Poder Legislativo .....	12
Poder Executivo .....	15
Processo Legislativo .....	15
Funções Essenciais à Justiça .....	17
Defesa do Estado e das Instituições Democráticas .....	17
Ordem Tributária.....	19
Ordem Social .....	19
Controle de Constitucionalidade .....	20
Constituições dos Estados e Leis Orgânicas .....	22
Gabarito .....	24

## **Direito Constitucional**

### **Formas de Estado e de Governo**

#### **1) CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016**

Com base na disciplina constitucional acerca dos tratados internacionais, da forma e do sistema de governo e das atribuições do presidente da República, assinale a opção correta.

- a) Insere-se no âmbito das competências privativas do Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- b) O sistema presidencialista de governo adotado no Brasil permite que o presidente da República, na condição de chefe de Estado, decrete o estado de defesa e o estado de sítio, independentemente de autorização do Congresso Nacional.
- c) Da forma republicana de governo adotada pela CF decorre a responsabilidade política, penal e administrativa dos governantes; os agentes públicos, incluindo-se os detentores de mandatos eletivos, são igualmente responsáveis perante a lei.
- d) Na condição de chefe de governo, cabe ao presidente da República editar atos administrativos que criem e provejam órgãos públicos federais, na forma da lei.
- e) Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, para que sejam equivalentes a emendas constitucionais, deverão ser aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, por maioria absoluta de votos, em dois turnos de discussão e votação.

### **Conceito e Classificação das Constituições**

#### **2) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

A respeito da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, tendo em vista a classificação das constituições, assinale a afirmativa correta.

- a) A Constituição de 1988 é exemplo de Constituição semi-rígida, que possui um núcleo imutável (cláusulas pétreas) e outras normas passíveis de alteração.
- b) A Constituição de 1988 é exemplo de Constituição outorgada, pois resulta do exercício da democracia indireta, por meio de representantes eleitos.
- c) O legislador constituinte optou pela adoção de uma Constituição histórica, formada tanto por um texto escrito quanto por usos e costumes internacionais.
- d) Na Constituição de 1988, coexistem normas materialmente constitucionais e normas apenas formalmente constitucionais.
- e) A Constituição de 1988 pode ser considerada como uma Constituição fixa (ou imutável), pois o seu núcleo rígido não pode ser alterado nem mesmo por Emenda.

#### **3) COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013**

Sobre a classificação das constituições, relacione a coluna da esquerda com a da direita.

Delegado da Polícia Civil

- (I) Em sentido político.
- (II) Em sentido jurídico.
- (III) Em sentido sociológico.

(A) A constituição de um país é, em essência, a soma dos fatores reais do poder que regem esse país, sendo esta a constituição real e efetiva, não passando a constituição escrita de uma “folha de papel”.

(B) A constituição é considerada norma pura, puro dever-ser, é o conjunto de normas que regula a criação de outras normas.

(C) A constituição é considerada como decisão política fundamental, decisão concreta de conjunto sobre o modo e forma de existência da unidade política.

Assinale a alternativa que contém a associação correta.

- a) I-A, II-C, III-B.
- b) I-B, II-A, III-C.
- c) I-B, II-C, III-A.
- d) I-C, II-A, III-B.
- e) I-C, II-B, III-A.

### Poder Constituinte

#### **4) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

Com relação aos limites ao exercício do Poder Constituinte, assinale a única afirmativa correta.

a) Os limites ao Poder Reformador, como todas as exceções, interpretam-se restritivamente; daí decorre que é vedada a proposta de Emenda tendente a abolir a forma Federativa de Estado, sendo possível, por outro lado, que uma Emenda retire dos municípios o status de entes da federação.

b) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, os monopólios do Estado e os direitos e garantias individuais.

c) Além dos limites expressos na Constituição ao Poder Constituinte Reformador, podem ser identificados limites implícitos, exemplificados pelo próprio dispositivo que prevê as matérias que não podem ser objeto de Emenda.

d) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não se pode invocar a existência de direito adquirido em face do Poder Constituinte, quer do originário, quer do reformador.

e) O Poder Constituinte Originário divide-se em Poder Constituinte Estruturante e Poder Constituinte Decorrente

### Direitos e Garantias Fundamentais

**5) VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015**

A Constituição da República de 1988 (art. 5º, XLVII) veda expressamente a existência de pena de morte (salvo em caso de guerra declarada), além de vedar as penas

- a) de trabalhos forçados; infamantes e cruéis.
- b) de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; infamantes e cruéis.
- c) de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de banimento; infamantes e cruéis.
- d) de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de banimento e cruéis.
- e) de banimento e cruéis.

**6) CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016**

Acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na CF, assinale a opção correta.

- a) Em obediência ao princípio da igualdade, o STF reconhece que há uma impossibilidade absoluta e genérica de se estabelecer diferencial de idade para o acesso a cargos públicos.
- b) Conforme o texto constitucional, o civilmente identificado somente será submetido à identificação criminal se a autoridade policial, a seu critério, julgar que ela é essencial à investigação policial.
- c) São destinatários dos direitos sociais, em seu conjunto, os trabalhadores, urbanos ou rurais, com vínculo empregatício, os trabalhadores avulsos, os trabalhadores domésticos e os servidores públicos genericamente considerados.
- d) Embora a CF vede a cassação de direitos políticos, ela prevê casos em que estes poderão ser suspensos ou até mesmo perdidos.
- e) Os direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata, razão por que nenhum dos direitos individuais elencados na CF necessita de lei para se tornar plenamente exequível.

**7) COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013**

Sobre os direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

- a) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira; sendo menor, deve ser acompanhado por seu representante legal.
- b) Os denominados direitos fundamentais individuais são aqueles que reconhecem autonomia aos particulares, garantindo a iniciativa e a independência aos indivíduos diante dos demais membros da sociedade política e do próprio Estado.
- c) Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei, ou no caso de ordem escrita e fundamentada de Comissão Parlamentar de Inquérito.
- d) A nacionalidade pode ser cancelada por sentença transitada em julgado, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional, podendo ser reestabelecida pelo juiz de direito responsável pela condenação, depois da execução da pena imposta na sentença condenatória.
- e) Todo o tratado internacional sobre os direitos humanos que for aprovado pelo Congresso Nacional será equivalente à emenda constitucional.

**8) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

Agentes da fiscalização tributária de determinado Estado, durante o dia, sem mandado judicial, ingressaram no escritório de contabilidade de empresa investigada por sonegação fiscal, a fim de apreender livros contábeis e documentos fiscais.

Nesse caso, a atuação dos agentes

- a) foi correta, pois o escritório de contabilidade não está sujeito à proteção constitucional da inviolabilidade domiciliar.
- b) foi correta, pois, apesar da proteção constitucional, o ingresso sem mandado judicial é possível nos casos de flagrante delito, de desastre, de prestação de socorro e, durante o dia, de investigação fiscal ou criminal, quando houver risco de destruição de provas.
- c) não foi correta, pois o ingresso sem mandado judicial somente seria possível nos casos de investigação criminal, e não nos casos de investigação fiscal.
- d) não foi correta, pois o escritório, como espaço privado, não aberto ao público, está sujeito à proteção constitucional da inviolabilidade domiciliar, havendo necessidade de autorização judicial.
- e) não foi correta, pois livros e documentos só podem ser objeto de apreensão para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

**9) VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014**

Quanto às garantias constitucionais e à privação da liberdade, assinale a alternativa correta.

- a) Conceder-se-á habeas corpus sempre que a lei admitir a liberdade provisória.
- b) O preso será informado de seus direitos, dentre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a remoção para estabelecimento perto de sua família.
- c) O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, exceto nos crimes inafiançáveis.
- d) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados no primeiro dia útil ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- e) Ninguém será levado à prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

**10) COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013**

Sobre as diferenças entre os direitos e as garantias de direitos fundamentais, considere as afirmativas a seguir.

I. A vedação de tratamento desumano ou degradante é garantia do direito à vida e também do direito à integridade física.

II. A casa protegida como asilo inviolável, nos termos do Art. 5º da Constituição Federal, é garantia do direito à intimidade.

III. A liberdade de manifestação de pensamento é garantia do direito de resposta proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

IV. A inviolabilidade da honra do indivíduo é garantia do direito à indenização por dano material ou moral decorrente de sua violação.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

### Remédios Constitucionais

#### **11) CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016**

Assinale a opção correta acerca dos direitos sociais, dos remédios ou garantias constitucionais e dos direitos de nacionalidade.

- a) Será considerado brasileiro nato o indivíduo nascido no estrangeiro, filho de pai brasileiro ou de mãe brasileira, que for registrado em repartição brasileira competente ou que venha a residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- b) A duração da jornada normal de trabalho, de, no máximo, oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais, não comporta exceções, no entanto a CF admite a compensação de horários mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- c) De acordo com o STF, o habeas data é ação que permite ao indivíduo o direito de obter informações relativas à sua pessoa, inseridas em repartições públicas ou privadas, podendo ser utilizado para a obtenção de acesso a autos de processos administrativos, como aqueles que tramitam no TCU.
- d) A sentença em mandado de injunção gera efeitos erga omnes, alcançando, de maneira indistinta, todos aqueles privados de exercer quaisquer direitos e liberdades constitucionais por falta de norma regulamentadora.
- e) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por sindicatos, entidades de classe e associações, mas não por partidos políticos, pois se destinam à defesa de interesses coletivos comuns a determinada coletividade de pessoas.

#### **12) COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013**

Sobre mandado de segurança, considere as afirmativas a seguir.

I. A Mesa da Casa Legislativa tem legitimidade para ajuizar mandado de segurança relacionado à sua área de atuação funcional e em defesa de suas atribuições institucionais.

**Delegado da Polícia Civil**

II. O mandado de segurança pode ser proposto por pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira.

III. O mandado de segurança deve ser impetrado em até cento e vinte dias, contados do ato que caracteriza justo receio de que o direito líquido e certo seja violado.

IV. Cabe mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresa pública e de sociedade de economia mista.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

**Nacionalidade**

**13) VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014**

É privativo de brasileiro nato o cargo de

- a) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- b) Senador.
- c) Juiz de Direito.
- d) Delegado de Polícia.
- e) Deputado Federal.

**Direitos Políticos**

**14) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

Com relação à organização dos partidos políticos, analise as afirmativas a seguir.

I. A Emenda Constitucional n. 52/2006 estabeleceu a chamada “verticalização” no âmbito das coligações partidárias.

II. O reconhecimento da justa causa para transferência de partido político afasta a perda do mandato eletivo por infidelidade partidária, transferindo ao novo partido o direito de sucessão à vaga de parlamentar falecido.

III. A fusão e a incorporação de partidos são consideradas justa causa para afastar a perda de mandato eletivo, mas a criação de partido novo, não.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.



Delegado da Polícia Civil

- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente a afirmativa II estiver correta.
- e) se nenhuma das afirmativas estiver correta.

**15) VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015**

É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana, observado o seguinte preceito:

- a) o funcionamento parlamentar de acordo com a lei.
- b) o recebimento de recursos financeiros de entidades estrangeiras.
- c) a prestação de contas à justiça estadual.
- d) a obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas de âmbito nacional.
- e) a subordinação a governos nacionais e internacionais.

**Organização político-administrativa**

**16) VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015**

Assunto: Da organização político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios serão realizados por lei

- a) federal, dentro do período determinado por lei complementar estadual, e submetidos a referendo popular.
- b) estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, e dependerão de plebiscito.
- c) federal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de plebiscito.
- d) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e submetidos a referendo popular.
- e) estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de plebiscito.

**Repartição de Competências**

**17) CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016**

A respeito das atribuições constitucionais da polícia judiciária e da organização político-administrativa do Estado Federal brasileiro, assinale a opção correta.

- a) Todos os anos, as contas dos municípios devem ficar, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar a legitimidade dessas contas, nos termos da lei.
- b) O DF, como ente federativo sui generis, possui as competências legislativas reservadas aos estados, mas não aos municípios; entretanto, no que se refere ao aspecto tributário, ele possui as mesmas competências que os estados e municípios dispõem.

**Delegado da Polícia Civil**

- c) As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, exercem as funções de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, sejam elas civis ou militares.
- d) Dirigidas por delegados de polícia, as polícias civis subordinam-se aos governadores dos respectivos estados, com exceção da polícia civil do DF, que é organizada e mantida pela União.
- e) Os territórios não são entes federativos; assim, na hipótese de vir a ser criado um território federal, ele não disporá de representação na Câmara dos Deputados nem no Senado Federal.

**18) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

Acerca da repartição constitucional de competências, analise as afirmativas a seguir.

I. No campo das competências legislativas concorrentes, lei complementar disciplinará o modo de cooperação entre União, Estados e Municípios.

II. No campo das competências comuns à União, Estados e Municípios, a competência da União limita-se ao estabelecimento de normas gerais.

III. É reservada aos Estados competência residual, que não lhes seja vedada pela Constituição.

Assinale:

- a) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- e) se apenas a afirmativa III estiver correta.

**19) VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014**

Compete privativamente à União legislar sobre

- a) produção e consumo.
- b) assistência jurídica e defensoria pública.
- c) trânsito e transporte.
- d) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- e) educação, cultura, ensino e desporto.

**20) VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015**

Compete privativamente à União legislar sobre

- a) direito tributário, orçamento, produção e consumo.
- b) direito financeiro, previdência social, proteção e defesa da saúde.
- c) direito penitenciário, conservação da natureza, educação e cultura.
- d) direito penal, processual, agrário e do trabalho.
- e) organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

**21) COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013**

Com relação às competências comuns entre a União Federal e o Estado do Paraná, previstas constitucionalmente, considere as afirmativas a seguir.

- I. Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- II. Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- III. Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.
- IV. Explorar, mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

**22) COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013**

Tendo em vista a repartição de competências entre os membros da federação brasileira, assinale a alternativa que apresenta, corretamente, a competência necessária para legislar sobre: produção e consumo; florestas, caça, pesca, fauna e conservação da natureza; proteção à infância e à juventude.

- a) Comum autorizada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- b) Concorrente autorizada à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- c) Suplementar autorizada à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- d) Exclusiva da União.
- e) Privativa da União.

**Administração Pública**

**23) VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014**

Os atos de improbidade administrativa importarão, nos termos da Constituição Federal, dentre outros,

- a) a prisão provisória, sem direito à fiança.
- b) a indisponibilidade dos bens.
- c) a impossibilidade de deixar o país.
- d) a suspensão dos direitos civis.
- e) o pagamento de multa ao Fundo de Proteção Social.

Delegado da Polícia Civil

**24) VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015**

É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de

- a) dois cargos técnicos com outro de professor.
- b) dois cargos científicos com outro de professor.
- c) um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- d) um cargo técnico com outro científico.
- e) dois cargos de professor com outro técnico, em autarquias ou fundações.

**25) COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013**

A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, dos membros de qualquer dos Poderes dos Estados, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, do

- a) Governador do Estado.
- b) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- c) Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.
- d) Presidente da República.
- e) Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

**26) VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015**

Segundo os ditames do artigo 39, parágrafo 3º, da Constituição Federal, aplicam-se aos servidores ocupantes de cargo público alguns dos direitos igualmente assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais, previstos no artigo 7º e incisos, dentre os quais

- a) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- b) proteção em face da automação, na forma da lei.
- c) fundo de garantia do tempo de serviço.
- d) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- e) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

**Poder Legislativo**

**27) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

O Deputado Federal "X", jornalista de formação, continua a escrever matérias e crônicas para um jornal de grande circulação. Um de seus últimos textos, de grande repercussão, foi a crítica a um livro de poesias lançado por outro Deputado, "Y", de um partido de oposição.

Sentindo-se ofendido em sua honra, "Y" ameaça processar "X" por danos morais.

Com relação a esse caso

- a) é incabível a condenação, pois "X", por ser Deputado Federal, é inviolável, civil e penalmente, por suas opiniões e palavras.

**Delegado da Polícia Civil**

- b) é cabível a condenação, pois “X”, em regra, não pode ser processado por suas opiniões, mas essa inviolabilidade não pode ser oposta à ofensa dirigida a outro parlamentar.
- c) é incabível a condenação por danos morais, não se tratando, entretanto, de imunidade parlamentar, mas de corolário da livre manifestação do pensamento.
- d) é cabível a condenação, mas o processo só poderá ser iniciado após o fim do mandato de “X”.
- e) é cabível a condenação de “X”, pois a ofensa foi proferida fora do recinto da Casa Legislativa (Câmara dos Deputados).

**28) VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014**

A respeito de ações penais contra Deputados e Senadores, assinale a alternativa correta.

- a) No caso de sustação da ação criminal, não há suspensão da prescrição, que permanecerá em curso.
- b) Somente após a posse serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) Recebendo, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que poderá sustar o andamento da ação.
- d) As imunidades de Deputados ou Senadores não subsistirão durante o estado de sítio ou de guerra.
- e) Desde a expedição do Diploma, não poderão ser presos, exceto pela prática de crime inafiançável.

**29) CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016**

Assinale a opção correta acerca do processo legiferante e das garantias e atribuições do Poder Legislativo.

- a) A criação de ministérios depende de lei, mas a criação de outros órgãos da administração pública pode se dar mediante decreto do chefe do Poder Executivo.
- b) Se um projeto de lei for rejeitado no Congresso Nacional, outro projeto do mesmo teor só poderá ser reapresentado, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- c) Uma medida provisória somente poderá ser reeditada no mesmo ano legislativo se tiver perdido sua eficácia por decurso de prazo, mas não se tiver sido rejeitada.
- d) Somente após a posse, deputados e senadores passam a gozar do foro por prerrogativa de função, quando deverão ser submetidos a julgamento perante o STF.
- e) Os deputados e os senadores gozam de imunidades absolutas, que não podem ser suspensas nem mesmo em hipóteses como a de decretação do estado de defesa ou do estado de sítio.

**30) COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013**

Sobre deputados e senadores, assinale a alternativa correta.

- a) Eles têm foro privilegiado e devem ser julgados, por crime comum, perante o Superior Tribunal de Justiça.
- b) Para serem processados criminalmente, é preciso prévia licença da Casa a que pertencem.
- c) Eles estão desonerados do dever de testemunhar em juízo, somente sendo obrigados a

**Delegado da Polícia Civil**

responder em juízo quando convocados na condição de réu.

- d) Podem ser presos, desde que em flagrante de crime inafiançável.
- e) Perderão o mandato depois de transitada em julgado a sentença judicial condenatória por quebra de decoro parlamentar.

**31) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

Para apurar suposto desvio de recursos públicos na construção de uma usina nuclear, foi instaurada Comissão Parlamentar de Inquérito pela Câmara dos Deputados.

A Comissão foi instalada após requerimento de um terço dos Deputados, com prazo certo de duração. Uma das determinações da Comissão foi que se transladassem cópias das provas obtidas em processo judicial previamente instaurado, que corre sob sigilo de justiça.

A respeito do caso sugerido, assinale a afirmativa correta.

- a) A criação da Comissão foi irregular, pois é obrigatória a participação do Senado na composição de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito.
- b) A criação da Comissão observou os requisitos constitucionais, mas a prova não pode ser obtida, pois o sigilo de justiça não pode ser levantado por Comissão Parlamentar de Inquérito.
- c) A Comissão não poderia ser instaurada, uma vez que sua criação pressupõe o requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara.
- d) A criação da Comissão observou todos os requisitos constitucionais, e a prova pode ser obtida, pois a Constituição dotou as Comissões Parlamentares de Inquérito dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
- e) A CPI pode ser instaurada pela Câmara dos Deputados, mediante requerimento de um terço dos seus membros, mas a comissão não pode ter, por objeto, a apuração de fato determinado.

**32) VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015**

As comissões parlamentares de inquérito serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) requisição de dois terços de seus membros, apuração de fato relevante e prazo extensivo à necessidade das investigações.
- b) requerimento de um terço de seus membros, apuração de fato determinado e prazo certo de funcionamento.
- c) requerimento do Ministério Público e realização de audiência pública com entidades da sociedade civil para determinar a relevância do tema.
- d) requisição de um décimo dos membros da cada uma das casas, apuração de fato notório e discussão pública com entidades civis.
- e) requisição de um décimo de seus membros, requerimento do Ministério Público e apuração de fato infamante.

**33) CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016**

**Delegado da Polícia Civil**

No que se refere a CPI, assinale a opção correta.

- a) CPI proposta por cinquenta por cento dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal não poderá ser instalada, visto que, conforme exige o texto constitucional, são necessários dois terços dos membros do Congresso Nacional para tanto.
- b) As CPIs, no exercício de suas funções, dispõem de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, tais como os de busca domiciliar, interceptação telefônica e decretação de prisão.
- c) A CF só admite CPIs que funcionem separadamente na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.
- d) Não poderá ser criada CPI que versar sobre tema genérico e indefinido, dada a exigência constitucional de que esse tipo de comissão deva visar à apuração de fato determinado.
- e) As conclusões de determinada CPI deverão ser encaminhadas ao TCU para que este promova a responsabilidade civil ou administrativa dos que forem indicados como infratores.

**Poder Executivo**

**34) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

Com relação à chamada responsabilidade do Presidente da República, assinale a afirmativa correta.

- a) O Presidente da República pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, mesmo na vigência de seu mandato.
- b) O Presidente da República somente será submetido a julgamento após admitida a acusação por dois terços dos membros do Congresso Nacional.
- c) O Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- d) O Presidente da República, durante a vigência do mandato, somente está sujeito a julgamento pela prática de crimes de responsabilidade.
- e) O Presidente da República, nas infrações comuns, estará sujeito a prisão cautelar, mediante autorização de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.

**Processo Legislativo**

**35) VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014**

A Constituição poderá ser emendada mediante proposta

- a) de governador da Unidade da Federação.
- b) de mais da metade das Câmaras Municipais, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- c) do Presidente da República, mediante representação popular, manifestada por apoio de partido político sem representação no Congresso Nacional.
- d) de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- e) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

**36) CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016**

Acerca do poder de reforma e de revisão constitucionais e dos limites ao poder constituinte derivado, assinale a opção correta.

- a) Além dos limites explícitos presentes no texto constitucional, o poder de reforma da CF possui limites implícitos; assim, por exemplo, as normas que dispõem sobre o processo de tramitação e votação das propostas de emenda não podem ser suprimidas, embora inexista disposição expressa a esse respeito.
- b) Emendas à CF somente podem ser apresentadas por proposta de um terço, no mínimo, dos membros do Congresso Nacional.
- c) Emenda e revisão constitucionais são espécies do gênero reforma constitucional, não havendo, nesse sentido, à luz da CF, traços diferenciadores entre uma e outra. D Não se insere no âmbito das atribuições do presidente da República sancionar as emendas à CF, mas apenas promulgá-las e encaminhá-las à publicação.
- d) Se uma proposta de emenda à CF for considerada prejudicada por vício de natureza formal, ela poderá ser reapresentada após o interstício mínimo de dez sessões legislativas e ser apreciada em dois turnos de discussão e votação.

**37) COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013**

Considerando os limites de reforma da Constituição Brasileira (CF) de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) É inaceitável alterar a CF para readequar a forma federativa do Estado brasileiro.
- b) É inaceitável alterar a CF para readequar a separação dos Poderes do Estado brasileiro.
- c) Quanto ao procedimento de reforma, existe limitação formal, inexistindo limitação material.
- d) A CF não pôde sofrer emenda constitucional por cinco anos, contados de sua promulgação, em razão de limitação temporal.
- e) É inaceitável alterar a CF para restringir direitos fundamentais individuais.

**38) VUNESP - Del Pol (PC CE)/PC CE/2015**

De acordo com o art. 62 da Constituição da República de 1988, é permitida a edição de Medida Provisória em matéria Penal?

- a) Sim, desde que imediatamente submetida ao Congresso Nacional.
- b) Sim, desde que tenha caráter despenalizador.
- c) Sim, desde que em caso de relevância e urgência.
- d) Sim, desde que não importe em criação de tipos penais ou aumento de pena.
- e) Não.

**39) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

Ao deliberar sobre projeto de lei encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo sobre a estrutura de cargos das agências reguladoras estaduais, a Assembleia Legislativa acrescenta emenda, dispondo que, para todos os cargos de nível superior, os candidatos devem contar com no



**Delegado da Polícia Civil**

mínimo dois anos de experiência anterior.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) A Assembleia Legislativa pode alterar Projetos de Lei sobre servidores encaminhados pelo Poder Executivo, sem que haja qualquer vedação, pois inerente à sua função.
- b) A Assembleia Legislativa não pode alterar, trazendo aumento de despesa, projeto que disponha sobre servidores, uma vez que tal matéria é restrita ao Poder Executivo.
- c) O Poder Executivo estadual não poderia encaminhar projeto de lei sobre estrutura de pessoal das agências reguladoras sem a participação da Diretoria daquela entidade no projeto, uma vez que as agências gozam de autonomia.
- d) O Governador, caso não concorde com a alteração proposta pela Assembleia Legislativa, deverá opor-se por meio do veto ao dispositivo acrescentado pelo Legislativo, sob pena de preclusão da sua possibilidade de impugnar a lei.
- e) O Projeto de Lei encaminhado pelo Chefe do Poder Executivo pode ser alterado por Emenda Legislativa sugerida pela Diretoria da Agência Reguladora Estadual.

**Funções Essenciais à Justiça**

**40) COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013**

Sobre o Ministério Público, assinale a alternativa correta.

- a) Ao Ministério Público Federal incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos individuais indisponíveis, além da defesa dos interesses da União em juízo.
- b) O Ministério Público abrange o Ministério Público da União, que abrange o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios; e o Ministério Público dos Estados, abrange o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Eleitoral.
- c) Analisando a Constituição Federal, constata-se que são princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- d) Pela garantia de vitaliciedade, adquirida após três anos de exercício, o membro do Ministério Público poderá perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- e) Dentro da organização dos Poderes do Estado brasileiro, o Ministério Público é instituição subordinada ao Poder Executivo.

**Defesa do Estado e das Instituições Democráticas**

**41) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

No caso de comção grave de repercussão nacional, o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio.

As alternativas a seguir apresentam medidas que poderiam ser adotadas como decorrência da decretação do estado de sítio, à exceção de uma. Assinale-a.

Delegado da Polícia Civil

- a) Desapropriação sem prévia e justa indenização em dinheiro.
- b) Intervenção nas empresas de serviços públicos.
- c) Requisição de bens particulares.
- d) Suspensão da liberdade de reunião.
- e) Busca e apreensão em domicílio, sem prévia autorização judicial.

**42) COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013**

Com relação ao texto da Constituição Brasileira (CF) de 1988, atribua V (verdadeiro) ou F (falso) às afirmativas a seguir.

( ) A CF não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

( ) O decreto de intervenção é ato do chefe do Poder Executivo e deverá especificar a amplitude, o prazo e as condições de execução da intervenção e, se couber, nomeará o interventor.

( ) Sempre que houver intervenção federal caberá o afastamento do governador do Estado-Membro da federação que sofre a intervenção, para a devida correção dos abusos cometidos.

( ) Entre as medidas coercitivas a vigorarem durante o estado de defesa encontram-se restrições ao direito de sigilo de correspondência e ao direito de sigilo de comunicação telegráfica e telefônica.

( ) A declaração de estado de guerra ou a resposta à agressão armada estrangeira permite a suspensão dos direitos fundamentais individuais, para a boa condução da defesa do Estado brasileiro.

Assinale a alternativa que contém, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, F, V, F.
- b) V, F, F, V, V.
- c) V, F, F, F, V.
- d) F, V, V, F, F.
- e) F, F, V, F, V.

**43) VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014**

Nos termos da Constituição Federal, os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas

- a) à execução de atividades de defesa civil.
- b) ao patrulhamento ostensivo das vias públicas municipais.
- c) às funções de polícia judiciária e à apuração de infrações penais.
- d) à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- e) ao policiamento ostensivo e à preservação da ordem pública.

### Ordem Tributária

#### **44) CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016**

Considerando os dispositivos constitucionais relativos ao STN e à ordem econômica e financeira, assinale a opção correta.

- a) Como entidades integrantes da administração pública indireta, as empresas públicas e as sociedades de economia mista gozam de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado.
- b) Em razão do princípio da anterioridade tributária, a cobrança de tributo não pode ser feita no mesmo exercício financeiro em que fora publicada a norma impositiva tributária.
- c) De acordo com a CF, é vedado à administração tributária, visando aferir a capacidade econômica do contribuinte, identificar, independentemente de ordem judicial, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- d) Embora a CF vede a retenção ou qualquer outra restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos aos estados, ao DF e aos municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos, a União e os estados podem condicionar a entrega de recursos.
- e) A CF, ao diferenciar empresas brasileiras de capital nacional de empresas estrangeiras, concede àquelas proteção, benefícios e tratamento preferencial.

### Ordem Social

#### **45) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

Após anos de trabalho informal em um grande centro urbano, sem contribuição oficial, Tício, já em idade avançada, vê-se impossibilitado de manter-se em atividade e de prover a própria subsistência.

Com relação a esse caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Tício, por jamais ter vertido contribuição previdenciária, não pode ser beneficiário das ações de seguridade social.
- b) Tício, por estar em idade avançada, pode ser incluído como beneficiário da previdência social.
- c) O benefício da aposentadoria por invalidez somente poderá ser pago a Tício se demonstrada sua incapacidade para o exercício de qualquer trabalho remunerado.
- d) Tício poderá ser beneficiário das ações de saúde e de assistência social, pois estas independem de qualquer contribuição.
- e) O eventual benefício pago a Tício não poderá ter valor mensal inferior ao salário mínimo.

### Controle de Constitucionalidade

#### **46) VUNESP - Del Pol (PC SP)/PC SP/2014**

Pode(m) propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- a) partido político sem representação no Congresso Nacional.
- b) os Conselhos Federais de órgãos de classe profissional.
- c) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito regional.
- d) a Mesa da Câmara dos Deputados.
- e) o Procurador-Geral de Justiça.

#### **47) COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013**

Leia o texto a seguir.

Medida judicial cabível para declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, editados posteriormente à promulgação da Constituição Federal e que ainda estejam em vigor. É espécie de fiscalização objetiva, tratando-se de controle abstrato de constitucionalidade.

Esse texto faz referência a uma medida judicial utilizada para realização de controle de constitucionalidade, pois se trata de

- a) ação declaratória de constitucionalidade.
- b) ação declaratória de inconstitucionalidade por omissão.
- c) ação direta de inconstitucionalidade.
- d) arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- e) controle difuso.

#### **48) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

Sobre os efeitos decorrentes de alterações legislativas à norma impugnada em sede de ação direta de inconstitucionalidade, assinale a afirmativa correta:

- a) Caso se constate a revogação da norma impugnada na ação, a jurisprudência do STF indica a necessidade de se aditar a inicial.
- b) Mesmo que a norma cuja constitucionalidade é questionada seja revogada, persiste interesse processual no ajuizamento da ação, sobretudo diante dos efeitos já produzidos pela norma revogada.
- c) Qualquer alteração na lei questionada por meio da Ação Direta prejudica o seu prosseguimento.
- d) Não terão impacto no curso processual alterações legislativas que não modifiquem o conteúdo do dispositivo impugnado ou que impliquem alteração meramente formal.
- e) A conversão em lei de Medida Provisória questionada em Ação Direta levará sempre à perda superveniente do objeto da ação.

**49) CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016**

Com relação ao controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- a) Como atos interna corporis, as decisões normativas dos tribunais, estejam elas sob a forma de resoluções administrativas ou de portarias, não são passíveis do controle de constitucionalidade concentrado.
- b) Se o governador de um estado da Federação ajuizar ADI contra lei editada por outro estado, a ação não deverá ser conhecida pelo STF, pois governadores de estado somente dispõem de competência para ajuizar ações contra leis e atos normativos federais e de seu próprio estado.
- c) A ADPF pode ser proposta pelos mesmos legitimados ativos da ADI genérica e da ADC, além do juiz singular quando, na dúvida sobre a constitucionalidade de uma lei, este suscita o incidente de arguição de inconstitucionalidade perante o STF.
- d) Se a câmara de vereadores de um município entender que o prefeito local pratica atos que lesam princípios ou direitos fundamentais, ela poderá propor uma ADPF junto ao STF visando reprimir e fazer cessar as condutas da autoridade municipal.
- e) São legitimados universais para propor ADI, não se sujeitando ao exame da pertinência temática, o presidente da República, as mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o procurador-geral da República, partido político com representação no Congresso Nacional e o Conselho Federal da OAB.

**50) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

Determinada associação de âmbito nacional, que congrega trabalhadores da indústria automotiva, montadoras instaladas no país e revendedores de veículos e bens correlatos, ajuíza uma ação direta de inconstitucionalidade contra lei federal que determinou a majoração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre veículos produzidos no país.

A partir do caso relatado, assinale a afirmativa correta.

- a) A associação de âmbito nacional não foi elencada pela Constituição da República como um dos legitimados à propositura da ação.
- b) A associação de âmbito nacional está dispensada de demonstrar o requisito da pertinência temática para o ajuizamento da ação.
- c) O caráter nacional da associação é verificado pela declaração constante dos seus atos constitutivos.
- d) A associação em tela não preenche o requisito da homogeneidade para qualificar-se como legitimado à propositura da ação.
- e) Não se admite a legitimidade de associações constituídas por pessoas jurídicas para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.

**51) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

Uma lei federal de 2001 viola frontalmente a garantia do acesso à justiça. Entretanto, a validade dessa norma nunca foi desafiada em sede de controle abstrato. Posteriormente, em 2008, essa lei é revogada por outra lei federal, de conteúdo idêntico, e, portanto, também violadora daquela

garantia constitucional.

Em 2012, é ajuizada ação direta de inconstitucionalidade contra a lei federal de 2008, revogadora da anterior.

A respeito do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- a) O autor da ação deverá, expressamente, requerer que seja apreciada a inconstitucionalidade da lei que vai voltar a produzir efeitos em razão de sua volta à vigência, pena de não ser conhecida a ação direta.
- b) Ao ser declarada a inconstitucionalidade de uma norma revogadora, não se admite que a norma revogada volte à vigência, pois se trata de efeito repristinatório, vedado pelo ordenamento.
- c) Um dos efeitos decorrentes da declaração de inconstitucionalidade da norma revogadora é, exatamente, o retorno à vigência da norma revogada, e, se esta padecer do vício de inconstitucionalidade, só poderá ser impugnada por meio de ação própria.
- d) Com a declaração de inconstitucionalidade da norma revogadora, somente voltam à vigência às normas por ela revogadas que sejam compatíveis com a Constituição da República.
- e) O retorno à vigência da norma revogada consubstancia exemplo de inconstitucionalidade superveniente, não admitido em nosso ordenamento.

#### **52) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

Acerca da concessão de medidas cautelares em ações de controle abstrato de constitucionalidade, assinale a afirmativa correta.

- a) Em qualquer caso, só podem ser concedidas por 2/3 dos membros do Tribunal.
- b) A medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade tem efeitos ex nunc, ressalvada a possibilidade de concessão de efeitos retroativos à decisão.
- c) A medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade pode ser concedida por maioria simples dos membros do tribunal.
- d) A medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade perderá a eficácia em 180 dias, se o tribunal não proceder ao julgamento definitivo da ação.
- e) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão não admite a concessão de medida cautelar.

### **Constituições dos Estados e Leis Orgânicas**

#### **53) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

Conforme a Constituição do Estado do Maranhão, no que diz respeito ao Poder Legislativo, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A Assembleia Legislativa Estadual reunir-se-á anualmente na capital do Estado, de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 01 de agosto a 22 de dezembro.
- b) Havendo medidas provisórias em vigor na data da convocação extraordinária da Assembleia Legislativa, serão elas automaticamente incluídas na pauta de convocação.
- c) Por motivo de conveniência pública e deliberação da maioria absoluta de seus membros,

**Delegado da Polícia Civil**

poderá a Assembleia reunir-se temporariamente em qualquer cidade do Estado.

d) A sessão legislativa poderá ser interrompida sem aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

e) Recebida denúncia contra Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Tribunal de Justiça do Estado dará ciência à Assembleia Legislativa, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria absoluta de seus membros, poderá, até decisão final, sustar o andamento da ação.

**54) FGV - Del Pol (PC MA)/PC MA/2012**

De acordo com a Constituição do Estado do Maranhão, assinale a afirmativa correta.

a) A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida com vistas à preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pela Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros Civis.

b) O cargo de Delegado de Polícia Civil é reconhecido pela Constituição Estadual como integrante das carreiras jurídicas do Estado.

c) O Delegado Geral poderá, em caso de relevância e urgência, recrutar pessoas para o exercício da função policial por meio de procedimento simplificado.

d) Os Municípios poderão criar, com o intuito de contribuir para a segurança pública, guardas municipais, que terão atribuição própria de polícia judiciária.

e) À polícia militar, organizada com base na hierarquia e segurança, compete o policiamento ostensivo e repressivo.

**55) CESPE - Del Pol (PC PE)/PC PE/2016**

De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco, é correto afirmar que norma limitadora de despesas com servidores públicos estaduais tem natureza de

a) decreto legislativo.

b) emenda constitucional.

c) lei delegada.

d) lei ordinária.

e) lei complementar.

**56) COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013**

Assinale a alternativa que indica, corretamente, o órgão do Poder Judiciário no Estado do Paraná.

a) Câmara Arbitral de Justiça.

b) Conselho da Polícia Judiciária.

c) Conselho do Ministério Público.

d) Tribunal do Júri.

e) Tribunal de Alçada.

**57) COPS UEL - Del Pol (PC PR)/PC PR/2013**

## Delegado da Polícia Civil

Conforme disciplinado na Constituição do Estado do Paraná, a intervenção do Estado no Município, quando decretada pelo Governador, terá sua execução dependente de prévia apreciação e aprovação

- a) da Assembleia Legislativa.
- b) da Câmara Municipal.
- c) do Senado Federal.
- d) do Tribunal de Contas.
- e) do Tribunal de Justiça.

## Gabarito

1) C	2) D	3) E	4) C	5) D	6) D
7) B	8) D	9) E	10) A	11) A	12) A
13) A	14) E	15) A	16) E	17) A	18) E
19) C	20) D	21) D	22) B	23) B	24) C
25) B	26) E	27) C	28) C	29) B	30) D
31) B	32) B	33) D	34) C	35) E	36) A
37) E	38) E	39) B	40) C	41) A	42) A
43) D	44) D	45) D	46) D	47) C	48) D
49) E	50) D	51) A	52) B	53) D	54) B
55) E	56) D	57) A			



